

TERMO DE AJUSTE QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARANÁ POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDS, COM INTERVENIÊNCIA DA COHAPAR E O MUNICÍPIO DE MARILUZ, PARA ADEÇÃO AO PROJETO DE REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL DOS MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS DO PROGRAMA INTEGRADO DE INCLUSÃO SOCIAL E REQUALIFICAÇÃO URBANA – FAMÍLIA PARANAENSE.

TERMO DE AJUSTE Nº028/2017

PROTOCOLO Nº 14.757.652-8

O ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº 76.416.940/0001-28, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDS, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.088.839/0001-06, com sede na Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº – Palácio das Araucárias, Centro Cívico, Curitiba/PR, neste ato representada pela Secretária de Estado, Senhora FERNANDA BERNARDI VIEIRA RICHA, portadora da CI nº 954.242-6/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 604.858.099-15, residente e domiciliada em Curitiba/PR, como CONCEDENTE, a COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ – COHAPAR, pessoa jurídica de direito privado sob a forma de sociedade de economia mista, criada pela Lei nº 5.113/1965, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.592.807/0001-22, com sede na Av. Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco, 800 - Cristo Rei, em Curitiba/PR, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Senhor ABELARDO LUIZ LUPION MELLO, portador da CI nº 779.724-9/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 160.968.724-72, residente e domiciliado em Curitiba/PR, como INTERVENIENTE, o MUNICÍPIO DE MARILUZ, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.404.136/0001-29, com sede na Avenida Marília nº 1.920, Mariluz/PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor NILSON CARDOSO DE SOUZA, portador da CI nº 6.271.013-6/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 779.882.649-15, residente e domiciliado na Rua Marcelino Medeiros nº 582, Mariluz/PR, como CONVENIENTE, resolvem celebrar o presente Termo de Ajuste, devidamente autorizado pelo Senhor Governador do Estado, nos autos protocolado sob nº 14.677.267-6, em data de 18/07/2017, de acordo com as normas contidas na Constituição Federal, na Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores, na Lei Estadual nº 15.608/2007, correspondente, no Decreto Estadual nº 4.189/2016, e o constante no Processo em epígrafe, decorrente da Chamada Pública nº 01/2017, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a implantação de unidades habitacionais destinadas ao atendimento de famílias em maior grau de vulnerabilidade social, no âmbito do Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense, decorrente do Contrato de Empréstimo nº 3129/OC-BR/BID, e consubstanciado no Plano de Trabalho anexo, que passa a fazer parte integrante deste Instrumento, independente de sua transcrição, em lotes de titularidade do MUNICÍPIO, matriculados no Registro de Imóveis – 2º Ofício da Comarca de Cruzeiro do Oeste – PR, descritos no quadro que segue:

UH	MATRÍCULA Nº	LOTE Nº	QUADRA Nº	ENDEREÇO
01	18.884	01	A	Rua Augusto José Barbosa
02	18.885	02	A	Rua Augusto José Barbosa
03	18.886	03	A	Rua Augusto José Barbosa
04	18.887	04	A	Rua Augusto José Barbosa
05	18.888	05	A	Rua Augusto José Barbosa
06	18.889	06	A	Rua Augusto José Barbosa
07	18.890	07	A	Rua Augusto José Barbosa
08	18.891	08	A	Rua Augusto José Barbosa
09	18.892	09	A	Rua Augusto José Barbosa
10	18.893	10	A	Rua Augusto José Barbosa
11	18.894	11	A	Rua Augusto José Barbosa
12	18.904	02	B	Rua Augusto José Barbosa
13	18.905	03	B	Rua Augusto José Barbosa
14	18.906	04	B	Rua Augusto José Barbosa
15	18.907	05	B	Rua Augusto José Barbosa
16	18.908	06	B	Rua Augusto José Barbosa
17	18.909	07	B	Rua Augusto José Barbosa
18	18.910	08	B	Rua Augusto José Barbosa
19	18.911	09	B	Rua Augusto José Barbosa
20	18.912	10	B	Rua Augusto José Barbosa

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

I – DA SEDS COMO CONCEDENTE

- a) selecionar e hierarquizar as famílias, residentes no MUNICÍPIO, a serem atendidas com novas unidades habitacionais, conforme critérios estabelecidos pelo PROGRAMA;
- b) acompanhar e monitorar as famílias beneficiadas pelo PROGRAMA, por meio do Sistema de Informações Família Paranaense;
- c) participar das reuniões com a COHAPAR para estabelecer um Plano de Trabalho Técnico Social que será realizado com as famílias contempladas com unidade habitacional;
- d) orientar os comitês intersetoriais do PROGRAMA sobre os procedimentos de identificação e inclusão das famílias, em parceria com a COHAPAR;
- e) realizar os procedimentos licitatórios e contratação da produção das unidades habitacionais, nos lotes de propriedade do MUNICÍPIO e implantação de infraestrutura interna à poligonal do empreendimento, bem como efetuar as liquidações e pagamentos das despesas realizadas, observados os prazos e demais formalidades legais;
- f) entregar as unidades habitacionais aos beneficiários finais em conjunto com a COHAPAR e o MUNICÍPIO;
- g) cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos legais do Contrato de Empréstimo nº 3129/OC-BR, celebrado entre o Estado do Paraná e o BID.

II – DA COHAPAR COMO INTERVENIENTE

- a) cumprir com as obrigações contidas no Termo de Cooperação Técnica 219/2016, entre a SEDS e a COHAPAR;

- b) apoiar na orientação dos comitês intersetoriais do PROGRAMA sobre os procedimentos de identificação e inclusão das famílias, em parceria com a SEDS;
- c) assessorar tecnicamente o MUNICÍPIO nas áreas de engenharia e trabalho técnico social;
- d) entregar as unidades habitacionais aos beneficiários finais em conjunto com a SEDS e o MUNICÍPIO;
- e) promover reuniões com os comitês locais para estabelecer um Plano de Trabalho Técnico Social a ser realizado com as famílias contempladas com a unidade habitacional;
- f) participar de reuniões com as famílias contempladas com unidade habitacional para desenvolver as ações previstas no Plano de Trabalho Técnico Social;
- g) fiscalizar as obras relacionadas ao presente Termo de Ajuste.

III – DO MUNICÍPIO COMO CONVENENTE

- a) apresentar à SEDS, autorização legislativa para os fins de que trata o item 5.1.1 do Edital da Chamada Pública nº01/2017, aqui especificadas: (i) permitir que o órgão estadual responsável pela execução, realize a implantação do empreendimento habitacional nos lotes de propriedade do MUNICÍPIO; (ii) isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – I.S.S.Q.N, incidente nas operações relativas à construção e reformas de unidades habitacionais e obras de infraestrutura; (iii) isenção de taxas referentes à expedição de alvará de construção, alvará de serviço autônomo, habite-se e outras despesas estritamente relacionadas à construção das unidades habitacionais e da infraestrutura; (iv) doação dos lotes edificados às famílias selecionadas pelo PROGRAMA, bem como propiciar a transferência de titulação junto às instâncias competentes e arcando com seus custos;
- b) apresentar a certidão atualizada do Cartório de Registro de Imóveis, referente a matrícula de cada lote de propriedade do MUNICÍPIO, conforme relacionado no OBJETO do presente instrumento, inclusive a licença ambiental que deu origem a averbação do loteamento;
- c) providenciar, em até 120 dias, após manifestação da SEDS, a execução dos serviços de infraestrutura externos à poligonal de intervenção para viabilização da execução dos serviços de infraestrutura internos à referida poligonal;
- d) providenciar, em até 120 dias, após manifestação da SEDS, para atendimento das unidades habitacionais: a rede de distribuição de energia elétrica; as entradas de energia; a rede de distribuição de água; e quando for o caso a rede coletora de esgotos; os cavaletes e as ligações das unidades as redes de água/esgoto/energia, quando as concessionárias não forem Copel e Sanepar;
- e) indicar, dentre as famílias selecionadas pelo PROGRAMA, aquelas consideradas prioritárias para serem beneficiárias pelo Projeto, em número compatível com as unidades habitacionais pleiteadas pelo MUNICÍPIO, no prazo e critérios definidos pela SEDS;
- f) elaborar plano de ação individualizado para cada família atendida, registrado no sistema de informações do PROGRAMA, garantindo o acompanhamento familiar intersetorial por meio do comitê local;
- g) realizar a mudança das famílias para as novas moradias e concomitantemente, promover a demolição das casas antigas, quando edificadas em áreas irregulares;

- h) realizar os procedimentos junto ao Cartório de Registro de Imóveis para a transferência de propriedade e titulação dos imóveis aos beneficiários finais, arcando com seus custos;
- i) adotar medidas que impeçam a reocupação da área de onde tenham sido removidas as famílias em vulnerabilidade social;
- j) entregar as unidades habitacionais aos beneficiários finais em conjunto com a SEDS e COHAPAR;
- k) acompanhar e fiscalizar a correta utilização do imóvel construído pelo PROGRAMA, e em utilização pela família atendida;
- l) numerar as unidades habitacionais, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da expedição do "Habite-se";
- m) responsabilizar-se pela manutenção das obras de infraestrutura implantadas por ocasião da produção das unidades habitacionais, exceto àquelas de responsabilidade das concessionárias de serviço público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo da vigência deste Termo de Ajuste será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da publicação de seu extrato, podendo ser, excepcionalmente, prorrogado, a critério dos partícipes.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Não haverá repasse de recursos entre os partícipes, para a execução do presente instrumento, devendo as despesas necessárias para a plena consecução do objeto acordado, correr à conta de cada partícipe conforme obrigações já descritas na Chamada Pública nº 01/2017.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

É assegurada à SEDS exercer as atribuições de coordenação, acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações constantes no presente Termo de Ajuste, ficando indicado o servidor PEDRO LUCAS PINHEIRO, inscrito no CPF/MF sob nº 059.384.839-05, para realizar a fiscalização do cumprimento das Cláusulas do presente Ajuste.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Termo de Ajuste poderá ser rescindido a qualquer tempo, no caso de inadimplemento de quaisquer de suas Cláusulas.

Parágrafo único: Ocorrendo a denúncia ou qualquer das hipóteses que implique em rescisão deste Termo de Ajuste, ficam os partícipes, responsáveis pelas obrigações dele decorrentes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Ajuste poderá ser alterado, bem como o seu prazo de vigência prorrogado, observado o limite previsto na legislação vigente, mediante Termo Aditivo, de comum acordo entre os partícipes, vedada, porém a mudança do objeto.

CLÁUSULA OITAVA – DAS COMUNICAÇÕES E REGISTROS DE OCORRÊNCIAS

As solicitações, comunicações e registro de ocorrências referentes ao presente instrumento deverão ser feitas via ofício, fax, e-mail, carta protocolada ou telegrama e nestes

casos, deverão ser entregues no Escritório Regional de Umuarama/SEDS, endereço: Rua Amazonas nº 3.361, Zona 2, CEP: 87.501-560, Telefone: (44) 3622-4991, endereço eletrônico: erumuarama@seds.pr.gov.br.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Os partícipes, neste ato, elegem o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para dirimir qualquer dúvida ou litígio que porventura possa surgir da execução deste Instrumento, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza do que foi pactuado, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo identificadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

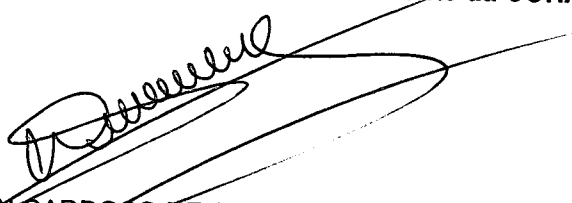
Curitiba, 16 de Outubro de 2017.



FERNANDA BERNARDI VIEIRA RICHÁ
Secretária de Estado da Família e
Desenvolvimento Social



ABELARDO LUIZ LUPION MELLO
Diretor – Presidente da COHAPAR



NILSON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito do Município de MARILUZ
CPF 779.882.649-15
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1. Nome: Laércio Rodrigues Laércio Rodrigues
Assistente
Central de Convênios SEDS
RG: 10.201.036-1 / PR
CI/RG nº CPF/MF nº

2. Nome: Thais Oliveira
CI/RG nº CPF/MF nº

Thais Oliveira
Assistente
Central de Convênios SEDS
RG nº 3.288.91PR

Secretaria da Administração e da Previdência

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
 COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO DO ESTADO

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO DE IMÓVEL

Protocolo nº: 13.060.213-4
 Doador: Estado do Paraná
 Donatário: Município de Cruzeiro do Iguaçu
 Fundamento legal: Lei nº 19113 de 04/09/2017, publicada no DIOE de nº 10022 de 04/09/2017.
 Descrição: Doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná, localizado na Rua Rio Grande do Sul s/n, Povoado Cruzeiro do Iguaçu, município de Cruzeiro do Iguaçu/PR. Matrícula nº 9.136, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Dois Vizinhos, destinado à ampliação da Escola Municipal Cruzeiro do Iguaçu, no valor de R\$ 48.000,00

107509/2017

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
 E DA PREVIDÊNCIA
 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL – DEAM
 EXTRATO ATA
 PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - N.º 719/2017 – EQUIPE 2
 PROTOCOLO 14.645.674-0
 OBJETO: Futura e eventual aquisição de COLETORES DE RESÍDUOS PERFUROCORTANTES
 INTERESSADO: Diversos órgãos do Estado
 INFORMAÇÕES: www.comprasparana.pr.gov.br
 HOMOLOGADO em 17/10/2017 pela Exmo. Sr. Secretário de Estado da Administração e da Previdência.
 SEAP/DEAM/E2

107924/2017

Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social

EXTRATO DE TERMOS DE AJUSTE

Participes: A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, com intervenção da COHAPAR e os Municípios contantes no ANEXO I

Objeto: Implantação de unidades habitacionais destinadas ao atendimento de famílias em maior grau de vulnerabilidade social, no âmbito do Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense, decorrente do Contrato de Empréstimo nº 3129/OC-BR/BID, conforme Plano de Trabalho, encartado neste protocolado.

Dos Recursos Orçamentários e Financeiros: ...Não haverá repasse de recursos entre os participes, para a execução do presente instrumento, devendo as despesas necessárias para a plena consecução do objeto acordado, correr à conta de cada partícipe conforme obrigações já descritas na Chamada Pública nº 01/2017

Vigência: 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da publicação.

Autorização Governamental: em 18/07/2017, protocolado nº 14.677.267-6

ANEXO I

Protocolo	Município	T.Ajuste nº	Assinatura
14.752.263-0	Barbosa Ferraz	018/2017	16/10/2017
14.757.335-9	Bituruna	019/2017	23/10/2017
14.757.402-9	Coronel Vivida	020/2017	16/10/2017
14.758.038-0	Fernandes Pinheiro	021/2017	16/10/2017
14.757.179-8	Francisco Alves	022/2017	16/10/2017
14.758.203-0	Itapejara D'Oeste	023/2017	16/10/2017
14.757.446-0	Manfrinópolis	024/2017	16/10/2017
14.757.506-9	Mangueirinha	025/2017	16/10/2017
14.757.196-8	Manoel Ribas	026/2017	16/10/2017
14.757.632-3	Mariandia do Sul	027/2017	16/10/2017
14.757.652-3	Mariluz	028/2017	16/10/2017
14.757.677-3	Marmeleiro	029/2017	16/10/2017
14.757.697-8	Novo Itacolomi	030/2017	16/10/2017
14.757.717-6	Quinta do Sol	031/2017	16/10/2017
14.757.827-0	Salgado Filho	032/2017	16/10/2017
14.757.978-0	Sengés	033/2017	16/10/2017
14.757.993-4	Teixeira Soares	034/2017	16/10/2017

14.758.197-1	Wenceslau Braz	035/2017	16/10/2017
14.758.017-7	Xamburé	036/2017	16/10/2017
14.757.426-6	Corumbatai do Sul	037/2017	17/10/2017

Curitiba, 08 de novembro de 2017.

Fernanda Bernardi Vieira Richa

Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

107794/2017

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE ACORDO Nº 019/2015

Protocolo: 13.579.417-1

Participes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretana de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS e o Empresa Pública Serviço Geológico do Paraná - Mineropar

Cláusula Primeira: Por força da Lei nº 18.778/16 a Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social passa a designar-se Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-SEDS.

Cláusula Segunda: Por força da Cláusula Décima Segunda do Termo de Acordo nº 019/2015, a vinculação havida em 23/09/2015, fica rescindida a partir da data da assinatura do presente instrumento.

Cláusula Terceira: O presente Termo de Rescisão se materializa por decisão da SEDS.

Assinado em 26/10/2017

Curitiba, 08 de novembro de 2017

Fernanda Bernardi Vieira Richa

Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

107929/2017

EXTRATO TERMO DE AJUSTE Nº 039/2017

Protocolo nº 14.774.841-8

Participes: A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS e a Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo – SEET

Objeto: promover a participação de servidores da SEET, no III Seminário do Programa Família Paranaense (Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana - Família Paranaense - BID Componente 3 Fortalecimento Institucional/Capacitação das Equipes envolvidas na execução do Projeto), conforme Plano de Trabalho, Projeto técnico e Plano de Aplicação, encartados neste protocolado

Valor: R\$ 15.050,52 (quinze mil, cinquenta reais e cinquenta e dois centavos), os quais serão disponibilizados por meio de Movimentação de Crédito Orçamentário, nos moldes do Decreto Estadual nº 5.975/2002

Vigência: a partir da data da publicação até 31/12/2017

Autorizado: em 24/10/2017 Assinado: em 25/10/2017

EXTRATO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO - FINANCEIRA Nº 017/2017

Protocolo nº 14.774.841-8

Participes: A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS e a Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo – SEET.

Objeto: Normatizar e instrumentalizar a descentralização do orçamento programado, observando os limites por rubricas orçamentárias e funcionais programáticas para atender despesas visando promover a participação de servidores da SEET, no III Seminário do Programa Família Paranaense (Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana - Família Paranaense - BID Componente 3 Fortalecimento Institucional/Capacitação das Equipes envolvidas na execução do Projeto), conforme Plano de Trabalho, Projeto técnico e Plano de Aplicação, encartados neste protocolado

Valor: R\$ 15.050,52 (quinze mil, cinquenta reais e cinquenta e dois centavos)
 Dotação Orçamentária: 5702.08244024.409, rubricas 3390.3300 e 3390.1400, Fonte de Recurso 142

Vigência: a partir da data da publicação até 31.12.2017

Autorizado: em 24/10/2017 Assinado: em 25/10/2017

EXTRATO TERMO DE AJUSTE Nº 038/2017

Protocolo nº 14.256.836-5

Participes: A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS e a Universidade Estadual de Londrina – UEL.

Objeto: execução do Projeto "Natação para Todos", conforme Plano de Trabalho, Projeto técnico e Plano de Aplicação, encartados neste protocolado

Valor: R\$ 387.080,00 (trezentos e oitenta e sete mil e oitenta reais), os quais serão disponibilizados por meio de Movimentação de Crédito Orçamentário nos moldes do Decreto Estadual nº 5.975/2002

Vigência: 24 (vinte e quatro) meses a partir da data da publicação

Autorização Governamental: em 18/10/2017

Assinado: em 19/10/2017

EXTRATO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO - FINANCEIRA Nº 015/2017

Protocolo nº 14.256.836-5

Participes: A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS e a Universidade Estadual de Londrina – UEL.

Objeto: Normatizar e instrumentalizar a descentralização do orçamento programado, observando os limites por rubricas orçamentárias e funcionais programáticas para atender despesa com a execução do Projeto "Natação para Todos", conforme Plano de Trabalho, Projeto técnico e Plano de Aplicação, encartados neste protocolado

Valor: R\$ 387.080,00 (trezentos e oitenta e sete mil e oitenta reais)

Dotação Orçamentária: 5760.08243024.417, rubricas 3390.3300, 3390.3600 e 4490.5200, Fonte de Recurso 102

Vigência: a partir da data da publicação até 31/12/2017

Autorizado e Assinado: em 03/10/2017

Curitiba, 08 de Novembro de 2017.

Fernanda Bernardi Vieira Richa

Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS.

107824/2017